

# A construção de um território rural sustentável em Santa Catarina

*Thaise C. Guzzatti*

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

*Raquel Panke*

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

*Carlos Alberto Cioce Sampaio*

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/Universidade Regional de Blumenau  
(PPGDR/FURB)

Recebido: 20/11/2016 Versão revisada (entregue): 30/03/2017 Aprovado: 11/08/2017

## Resumo

O presente estudo objetivou analisar as principais estratégias adotadas para construção de um processo de desenvolvimento territorial sustentável em um território rural deprimido de Santa Catarina, conhecido como Encostas da Serra Geral. O território em questão é marcado pela presença de pequenos agricultores familiares que se dedicavam, nas décadas de 1980 e 1990, ao cultivo do fumo e à queima da Floresta Atlântica para fabricação de carvão vegetal. Em meados dos anos 1990, um grupo de lideranças passou a formular alternativas, conseguindo implementar atividades inovadoras que mudaram os rumos do território e de parte dos agricultores e agricultoras lá inseridos. O estudo de caso analisou, a partir de uma das organizações protagonistas do processo, empregando a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), as estratégias adotadas e os principais resultados obtidos, no quadro de reversão da situação de depressão territorial. O estudo concluiu que o processo de construção territorial foi permeado por relações de poder e mediações com políticas públicas, ora aproveitando políticas existentes, ora exercendo pressão para a construção de políticas adequadas à realidade local e de outros territórios, marcados pela presença da pequena agricultura familiar.

**Palavras-chave** | Agricultura familiar; agroturismo; desenvolvimento territorial; Santa Catarina; território rural sustentável.

**Código JEL** | L83; Q57; R11.

## CONSTRUCTING A SUSTAINABLE RURAL TERRITORY IN SANTA CATARINA, BRAZIL

### Abstract

The study evaluated strategies adopted in *Serra Geral Catarinense* to build a sustainable territorial development process. The territory in question is marked by the presence of family farmers who historically dedicated themselves to the cultivation of tobacco and the burning of the Atlantic forest to make charcoal. The result of this process was an economic, environmental and social crisis, culminating in the deepening of the rural exodus. In the mid-1990s, a group of leaders began discussing alternatives to this scenario, succeeding in implementing innovative activities that changed the course of the territory and part of the farmers there. In this sense, the case study was evaluated, using the methodology Collective Subject Discourse (CSD), strategies adopted and the main results obtained historically in the context of reversion of the situation of territorial depression. The research indicates that the process has generated socioeconomic impacts to farmers, improving the environmental condition and the image of the territory, increasing the farmers' self-esteem, strengthening the identity and the sense of belonging to the territory, strengthening social organization and cooperation, among others. The study concludes that the process of territorial construction was permeated by power relations and mediations with public policies, or by taking advantage of existing policies, or by exerting pressure to construct adequate policies for family agriculture.

**Keywords** | Agro-tourism; territorial development; family farming; Santa Catarina; sustainable rural territory.

**JEL-Code** | L83; Q57; R11.

## CONSTRUCCIÓN DE UN TERRITORIO RURAL SOSTENIBLE EN SANTA CATARINA, BRASIL

### Resumen

El presente estudio analizó las principales estrategias adoptadas para construir un proceso de desarrollo territorial sostenible en un territorio rural deprimido de Santa Catarina, conocido como *Encostas da Serra Geral*. El territorio en cuestión se caracteriza por la presencia de los agricultores familiares que se dedicaban, en las décadas 1980 e 1990, al cultivo de tabaco y la quema de la selva atlántica para hacer carbón vegetal. A mediados de la década de 1990, un grupo de líderes comenzaron a discutir alternativas, consiguiendo implementar actividades innovadoras que cambiaron el curso del territorio y de los agricultores. El caso de estudio analizó, a partir de una de las organizaciones protagonistas del proceso y utilizando la metodología del Discurso del Sujeto Colectivo (DSC), las estrategias adoptadas y los principales resultados obtenidos en la reversión de la situación de depresión territorial. El estudio concluye que el proceso de construcción territorial fue permeado por las relaciones de poder y mediaciones con las políticas públicas, a veces tomando ventaja de las políticas existentes, o presionando para la construcción de políticas apropiadas a la realidad local y de otros territorios, marcados por la presencia de la agricultura familiar.

**Palabras-clave** | Agricultura familiar; agroturismo; desarrollo territorial; Santa Catarina; territorio rural sostenible.

**Código JEL** | L83; Q57; R11.

## Introdução

Este artigo apresenta o estudo realizado nas Encostas da Serra Geral Catarinense, a partir da análise do trabalho protagonizado pela Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, no conjunto de seus esforços para a construção de um processo de desenvolvimento territorial. Destaca-se que o território em questão é essencialmente rural, ou seja, formado, sobretudo, por pequenos municípios que têm na agricultura familiar a base da vida econômica e social.

O estado de Santa Catarina é marcado pelo predomínio de pequenas propriedades rurais, em que 87% dos estabelecimentos são classificados como familiares, isto é, 168.544 unidades (IBGE, 2006). São cada vez mais frequentes os estudos que denunciam a precariedade dessas propriedades rurais, especialmente quando se referem às menores, o que sugere o aprofundamento da pobreza rural e, em última instância, do abandono do campo (MARCONATO et al., 2015; OLIVEIRA et al., 2015; SCHNEIDER; FIALHO, 2000).

Nesse cenário, é necessário refletir sobre iniciativas que ofereçam possibilidades de resistência e adaptação às constantes transformações da realidade enfrentada pela agricultura familiar, sejam elas econômicas, culturais ou ambientais. O apoio aos processos intencionais de construção de territórios aparece como possibilidade para que regiões fragilizadas consigam criar novas oportunidades de desenvolvimento, em especial para os agricultores familiares (GUZZATTI, 2010).

O conceito de território é cada vez mais associado à qualidade dos processos de desenvolvimento da sociedade contemporânea. Os trabalhos de Pecqueur (2005) alertam para a diferença entre o território dado – delimitação político/administrativa – e o território construído – rede de atores sociais. Referindo-se ao território construído, o autor diz que esse é o resultado de um encontro de atores sociais, em um espaço geográfico dado, que procuram identificar e resolver um problema comum. Resume essa visão dizendo que o território é uma rede para resolver problemas, uma “cesta” de bens e serviços que se reforçam mutuamente, tratando-se da mudança do espaço banal para o espaço território.

Segundo Paulillo (2000), a construção social de um território é determinada por fatores estratégicos de mobilização local, como as normas (ou institucionalidades), recursos de poder, confiança e cooperação ou reciprocidade. Na visão da autora, os processos de construção de territórios que ocorrem no Brasil refletem dinâmicas de poder e riqueza que dependem “da capacidade de interação estratégica entre atores políticos, recursos humanos, infraestrutura tecnológica e inovação organizacional” (PAULILLO, 2000, p. 48).

Nesse contexto, Echeverri e Ribeiro (2005) destacam que o território emerge como categoria privilegiada, como um conjunto coerente de interpretação e gestão

em que muitos dos seus elementos se constituem em novas oportunidades de desenvolvimento rural, entendendo-se que a estratégia, nesse sentido, pauta-se pela “valorização dos recursos locais e dos pequenos centros urbanos integrados ao seu entorno rural” (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006, p. 24).

Diante dessa problemática, o propósito do presente artigo consiste em analisar as principais estratégias adotadas nas Encostas da Serra Geral de Santa Catarina, para construção de um processo de desenvolvimento territorial e os impactos desse processo para reprodução da agricultura familiar.

Para a consecução do objetivo optou-se pela realização de um estudo de caso qualitativo, a partir do município de Santa Rosa de Lima e da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, entre os anos de 2009 e 2010. A escolha do município pautou-se no fato dele ser o âmbito do processo em análise e a Acolhida na Colônia ser uma das organizações mais atuantes do território, sendo responsável pelo fomento do agroturismo, atividade rural não agrícola, desenvolvida em propriedades rurais. Nesse sentido, ressalta-se que autores que discutem o desenvolvimento territorial reforçam a importância do reconhecimento de que o espaço rural não se restringe à atividade agrícola, de modo que sua transformação não interessa apenas a grupos sociais e setores específicos, devendo ser tratada como uma questão central na agenda de desenvolvimento do país (RIBEIRO; ANDION; BURIGO, 2015).

Como estratégia de pesquisa, optou-se pela análise documental (atas, estatutos, relatórios, entre outros documentos, que permitem observar o processo de construção territorial em curso), complementada pela realização de entrevistas com informantes qualificados.

Conforme Guzzatti (2010) destaca, os entrevistados compuseram uma amostra definida de forma intencional, com base em características relevantes. Definiram-se quatro segmentos de atores-chave, que deram origem a um grupo de vinte e três entrevistados: todos/as os/as sete associados/as da Acolhida na Colônia, em Santa Rosa de Lima; quatro técnicos/as que atuam na Acolhida na Colônia; nove representantes de lideranças públicas ou privadas (lideranças locais), ligados ao setor do turismo ou da agricultura, em Santa Rosa de Lima; três turistas que estavam em propriedades rurais da Acolhida na Colônia, durante a realização da pesquisa.

A análise dos dados coletados baseou-se no método proposto por Lefevre e Lefevre (2005), o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), em que um pensamento, ideia ou opinião se constituem sempre em discurso, o qual deve ser descrito a partir da sua coleta a fim de processá-lo e apresentá-lo, também, sob forma de discurso. Portanto, essa técnica tem como resultado um discurso síntese, formulado pelo pesquisador e analista do discurso, sendo fruto dos fragmentos dos discursos individuais, coletados em entrevistas com questões abertas e reunidos por similaridade de sentidos.

Os questionários foram elaborados para cada perfil de entrevistados. Aquele destinado aos/as agricultores/as associados/as continha os seguintes blocos de questões: a) grupo familiar (buscou identificar membros da família que moravam na propriedade e atividades desenvolvidas por cada um deles); b) caracterização da propriedade (identificação do que era produzido; forma de produção; formas de comercialização; percentual da renda oriunda das atividades agropecuárias, entre outros); c) agroturismo (histórico da atividade na propriedade; o que era desenvolvido/ofertado; motivação dos turistas para visitarem as propriedades; benefícios da atividade para a família; problemas advindos do desenvolvimento do agroturismo, entre outros); d) agroturismo no município (quais as razões para os turistas visitarem o município? o que ele traz de bom e de ruim? fatores limitantes e oportunidades para o desenvolvimento do agroturismo em Santa Rosa de Lima (o que mudou no município/região depois do início da atividade, etc.)?); e) acolhida na Colônia (qual a relação entre agroturismo e Acolhida na Colônia? qual visão atual sobre a Acolhida na Colônia? quais os principais fatores que levaram a organização a se desenvolver nas Encostas da Serra Geral? quais os principais motivos que levaram os agricultores a se associarem à Acolhida na Colônia? como é a vida associativa? como é a relação com associados em outros municípios? f) cooperação (quais as organizações que cooperaram para o desenvolvimento do agroturismo em Santa Rosa de Lima e qual a função de cada uma delas? com relação ao poder público, a Acolhida foi influenciada por políticas públicas ou influenciou a criação/aprimoramento delas?); g) paisagem e meio ambiente (o que é Encostas da Serra Geral? o que mudou nessa paisagem/ambiente nos últimos 10 anos? o que mudou na visão do/a entrevistado/a sobre o meio ambiente nos últimos 10 anos? h) território (qual o significado de construção territorial? há, de fato, a construção de um território nas Encostas da Serra Geral? qual a participação do/a entrevistado/a?, etc.)

Entretanto, para cada segmento de atores-chave, os questionários foram ajustados, guardando temas pertinentes a cada categoria.

### **Santa Rosa de Lima: do cenário de crise à construção de alternativas de desenvolvimento territorial**

O município de Santa Rosa de Lima possui uma área de 202,97 km<sup>2</sup> e 2.065 habitantes (IBGE, 2010). Apresenta uma densidade demográfica de 10,17 habitantes por km<sup>2</sup>, muito baixa em relação à média de habitantes dos municípios de Santa Catarina, que é de 51 habitantes por km<sup>2</sup>. Praticamente, 75% dos

habitantes do município moram na área delimitada como rural<sup>1</sup>, ou seja, 1.547 pessoas. Esses aspectos, aliados ao fato de estar inserido em território com características semelhantes, permitem classificá-lo como essencialmente rural (VEIGA, 2002).

Santa Rosa de Lima possui 580 estabelecimentos agropecuários, sendo 552 classificados como familiares (aproximadamente 95%). Do total de unidades qualificadas como familiares, 83%, aproximadamente, possuem até 50 hectares (IBGE, 2006). A agricultura, juntamente com a pecuária leiteira, são as atividades mais rentáveis da região (AZEVEDO; SHIMIDT; KARAM, 2011).

Os mesmos autores destacam que o município está situado entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, sendo marcado pela presença de remanescentes da Floresta Atlântica, apresentando um cenário de grande beleza natural e importância estratégica do ponto de vista ambiental, uma vez que se localiza em um corredor ecológico. Sua topografia é extremamente acidentada e sua altitude varia de 200 a 1200 metros acima do nível do mar, proporcionando o surgimento de microclimas variados, além de vastas extensões de florestas virgens e de grotões inacessíveis (AZEVEDO; SHIMIDT; KARAM, 2011).

Com relação à hidrografia, Guzzatti (2010) afirma que o município é banhado pela bacia do Rio Braço do Norte, que apresenta como principais afluentes o Rio dos Bugres, o Santo Antônio, o Rio dos Índios e do Meio. O Rio Braço do Norte está todo inserido em uma região altamente acidentada e sua declividade reflete essa característica. Por essa razão, ele é aproveitado para instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), como as três já construídas no município. O subsolo da região possui diversas fontes de água mineral e termal, além de minérios, como feldspato, caulim, quartzo, fosfato, fluorita e argila para cerâmica. A água termal é aproveitada para o turismo, através de um balneário localizado na comunidade de Águas Mornas. A extração de argila para cerâmica também é uma realidade em Santa Rosa de Lima, atividade com grande impacto ambiental no município.

Santa Rosa de Lima foi colonizada notadamente por alemães, no final do século XIX e início do século XX. Esse fato conferiu ao município uma cultura típica, marcada na arquitetura, na língua, nas danças, na culinária, entre outros. O isolamento do município, tanto em estradas, quanto em infraestrutura de comunicação, contribuiu para que esses aspectos culturais permanecessem relativamente preservados (MULLER, 2001; GUZZATTI, 2010).

---

<sup>1</sup> É importante demarcar que a classificação do IBGE baseia-se na delimitação estabelecida pelas prefeituras municipais, que classificam as áreas como rural ou urbana, geralmente a partir de critérios arbitrários.

Do ponto de vista da trajetória da agricultura familiar, muitos produtores de Santa Rosa de Lima dedicam-se ao cultivo de fumo. Essa cultura se estabeleceu na região devido à conjuntura da “crise do porco macau”, na década de 1960, que foi motivada pela substituição gradativa da banha pelo consumo de óleo de soja pelas populações urbanas; introdução do porco branco, tipo carne, através da integração agroindustrial de suínos; esgotamento progressivo dos solos devido à inadequação do manejo (diminuição do tempo de pousio e intensificação do uso agrícola), principalmente, como resultado da divisão e redução das áreas dos estabelecimentos rurais (MULLER, 2001).

Em decorrência desse cenário, os agricultores que permaneceram na região foram, aos poucos, levados a buscar outras alternativas econômicas e, assim, traçar outras estratégias produtivas para garantir sua reprodução social. Ainda, Muller (2001) relata que a primeira alternativa frente à “crise do porco” foi a comercialização do excedente da produção (vegetal e animal). Nesse contexto, algumas culturas, antes produzidas apenas para autoconsumo (mandioca, feijão, leite), se intensificaram para fins comerciais. Foi, contudo, pela produção de carvão vegetal (especialmente a partir da queima da mata nativa) e, especialmente, pela fumicultura, que os agricultores encontraram “saída” para a crise. Embora as primeiras estufas de fumo tenham sido colocadas na região no final da década de 1950 e princípios dos anos de 1960, somente a partir de meados dos anos de 1970 é que a atividade se expandiu, de fato, atingindo seu auge, em termos de agricultores integrados, por volta dos anos de 1980.

A partir dos anos de 1990 – e notadamente, a partir da safra de 1996/97 – apareceram sinais de esgotamento da cultura de fumo nas Encostas da Serra Geral. Muller (2001) também cita que as razões para a queda na renda dos produtores de fumo foram: aumento das taxas de juros, elevando os custos do financiamento bancário; aumento do custo dos insumos; estagnação dos preços agrícolas e “aperto” na classificação do fumo por parte das empresas compradoras. Em paralelo à crise do fumo, a produção de carvão também foi ameaçada, resultado da proibição da atividade de queima da mata nativa e do capoeirão (GELBCKE, 2006).

O cenário era desolador devido às dificuldades para geração de renda nas atividades ligadas à agricultura familiar, à devastação ambiental e à utilização excessiva de agrotóxicos. Frente a esse contexto, algumas pessoas que haviam emigrado de Santa Rosa de Lima constataram que era necessário contribuir, de alguma forma, com aquelas que lá permaneceram (e, na maioria das vezes, tinham sido responsáveis pelo sustento dos que haviam saído em busca de melhores alternativas). O espírito de solidariedade se reforçou com a realização, desde 1992, de uma festa bianual em Santa Rosa de Lima, a *Gemüse Fest*<sup>2</sup>. A realização desse

---

<sup>2</sup> Gemüse é uma comida tradicional da região. Um tipo de purê de batatas inglesas, repolho e

evento, visando (re)aproximar os que foram para a cidade e os que ficaram no campo, representou um importante ponto de inflexão na forma de analisar a crise. A partir da festa e de reuniões que a seguiram, se estabeleceram e se fortaleceram parcerias para construção de um processo de desenvolvimento territorial sustentável, à procura de alternativas para o território (MULLER, 2001; CABRAL, 2004; GUZZATTI, 2010; GUZZATTI; TURNES; BASTEZINI, 2012).

Participou da organização do evento um empresário natural de Santa Rosa de Lima, que atuava no setor supermercadista em Florianópolis, com liderança na Associação Catarinense de Supermercados (ACATS), que, recém-chegado de viagem à Europa, estava impressionado com o desenvolvimento do comércio de produtos orgânicos nas redes de supermercado daquele continente. Dessa forma, dispôs-se a inovar e a oferecer tais produtos aos consumidores catarinenses, além de acreditar ser uma opção interessante para os agricultores de Santa Rosa de Lima. Assim, ele lançou um desafio aos presentes: produzir hortifrutigranjeiros, livres de agrotóxicos e de adubos sintéticos. Em contrapartida, ele garantiria a comercialização em seus supermercados e tentaria colocar o excedente em outras lojas não concorrentes (MULLER, 2001; CABRAL, 2004; GUZZATTI, 2010; GUZZATTI; TURNES; BASTEZINI, 2012).

Nesse contexto, em 1996 surgiu a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO) que, segundo Cabral (2004), provocou transformações significativas na dinâmica socioespacial rural, devido às ações de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos orgânicos. Durante o processo de constituição da associação foram construídos vários espaços de participação (reuniões de produção e reuniões de planejamento) e de regulamentação das bases formais que regem a Entidade (Plano de Trabalho e Regimento Interno). Em 1997, o número de famílias ampliou-se de doze para vinte, envolvendo cerca de cinquenta associados. Até meados de 1998, os instrumentos e o conjunto de associados já estavam bem entrosados, a produção se ampliava e a comercialização apresentava bons resultados (CABRAL, 2004).

Em 1998, o número de famílias subiu para cinquenta, enquanto que o de associados chegou a 200, permitindo uma ampliação e diversificação da produção. Porém, esse processo não ocorreu sem conflitos. Até aquele momento, a comercialização baseava-se, sobretudo, na rede de supermercados parceira e nas hortaliças, minimamente processadas como principal produto. Destaca-se que o preparo desses produtos era feito nas propriedades rurais em equipamentos bastante improvisados. Os agricultores não dispunham de câmara refrigerada para acondicionamento adequado dos produtos até que fossem transportados para o centro consumidor. Agravando a situação, o transporte também não era feito com

---

toucinho defumado (TENFEN, 1997).



veículo adequado e as estradas eram bastante precárias. Esses fatores dificultavam o processo de preparo das hortaliças, que também não apresentavam uma padronização, além de serem castigadas durante o transporte (GUZZATTI; TURNES; BASTEZINI, 2012).

O depoimento de um dos fundadores da AGRECO e seu primeiro presidente indicou que as políticas públicas foram fator determinante para o avanço da iniciativa, a partir daquela constatação, por meio da implementação de um projeto (PRONAF Agroindústria), que visava a implementação de pequenas agroindústrias rurais junto aos associados. Esse projeto permitiu a construção de 28 agroindústrias: abatedouro e processamento de derivados de suíno; processamento mínimo de hortaliças (6 unidades); apicultura (3 unidades); beneficiamento de derivados de cana-de-açúcar (4 unidades); laticínio (3 unidades); beneficiamento de conserva de legumes (3 unidades); abatedouro de pequenos animais; beneficiamento de ovos e macarrão; produção de doce de frutas, geleias e molhos de tomate; panificação (3 unidades); geleia de butiá (1 unidade) (GUZZATTI; TURNES; BASTEZINI, 2012).

Das unidades relacionadas, nem todas continuam operando e algumas se desassociaram da AGRECO. Guzzatti, Turnes e Bastezini (2012) atribuem esse fato, entre outros aspectos, à necessidade de adaptação ao mercado consumidor e ao surgimento de outras iniciativas que concorriam com os produtos da AGRECO, pois estavam mais próximas de Florianópolis (se não na própria cidade), e seus produtos chegavam às lojas com melhor apresentação e menor custo. Apesar dessa e de outras barreiras que surgiram durante a trajetória da AGRECO (por exemplo, a falência do principal cliente, o que gerou um passivo para boa parte dos associados), a entidade seguiu adiante. Wilson “Feijão” Schmidt, um dos apoiadores técnicos do projeto, destacou em entrevista ao estudo elaborado por Guzzatti, Turnes e Bastezini (2012), que os associados “pagaram” pelo pioneirismo, ou seja, dado o caráter inovador das atividades propostas – como a troca da matriz produtiva para a agricultura orgânica; a agregação de valor; a comercialização em redes varejistas; o envolvimento de grande número de agricultores e municípios, entre outros – e da falta de referências desse tipo de iniciativa no país, os agricultores se obrigavam a criar, a experimentar, a ousar e a inovar.

Apesar das dificuldades, em 2012, a Associação possuía 82 propriedades associadas, distribuídas em nove municípios das Encostas da Serra Geral. Os principais itens produzidos eram: aves, mel, frutas, grãos, cana-de-açúcar, olerícolas e palmeira-real. Havia um mix de 44 produtos para comercialização, a partir do processamento nas agroindústrias da rede, divididos em 8 categorias: geleias e doces, mel, conservas, açúcar, molhos de tomate, melado, frango e banana passa. A comercialização era feita no mercado institucional e no mercado formal, sendo que o mercado varejista alcançava 12 estados brasileiros e o Distrito

Federal, totalizando 215 canais de venda (GUZZATTI; TURNES; BASTEZINI, 2012).

Um dos impactos da atuação da Associação foi o fomento ao surgimento de diversas entidades que davam suporte ao processo de construção de novos rumos para o território (por exemplo, uma cooperativa de crédito, uma cooperativa de profissionais, um fórum de desenvolvimento dos pequenos municípios, um centro de formação, entre outros). Destaca-se, nesse contexto, a criação da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia. A entidade assumiu centralidade no processo, por ter como foco de atuação, especialmente, as mulheres e as/os jovens rurais, historicamente negligenciados no meio rural, além de trabalhar fortemente na mudança da imagem (interna e externa) das pessoas sobre a profissão de agricultor/a e das potencialidades do território.

### **Acolhida na Colônia**

Em 1998 iniciou-se o processo de discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento turístico nas Encostas da Serra Geral, quando agricultores e agricultoras se encontraram para refletir sobre as bases de implementação dessa nova atividade. Para além de uma oportunidade de geração de trabalho e renda, necessidade imediata de parte considerável das pessoas envolvidas, discutia-se a possibilidade da atividade “somar” esforços às que estavam em curso, para a promoção do desenvolvimento territorial.

Nesse sentido, conforme destaca Guzzatti (2003; 2010), alguns dos princípios adotados pelos(as) agricultores(as) foram:

- Trabalho associativo: decidiram que uma família de agricultores(as) nunca estaria sozinha em um município. Era preciso trabalhar com outras e também com outros municípios, no desenvolvimento de uma proposta solidária e territorial. A meta seria a formação de circuitos locais e regionais, nos quais os(as) agricultores(as) se complementariam na oferta de produtos e serviços turísticos.
- Agricultura familiar: apesar de reconhecerem a diversidade de atores presentes no meio rural, decidiram que o foco do trabalho seria com os(as) agricultores(as) familiares e que buscariam, através do turismo, fortalecer essa categoria social.
- Sustentabilidade ambiental: optaram pela produção orgânica de alimentos como critério obrigatório e definiram a necessidade de proteção das nascentes e de implantação de sistema de tratamento de esgoto para as propriedades que não dispunham de saneamento, como critério determinante para ingresso no projeto.

- Turismo de convivência: definiram como pré-requisito fundamental que agricultores(as) e turistas deveriam conviver, devendo ser estimulada a reciprocidade durante a estadia. Estabeleceram que as propriedades rurais associadas deveriam se constituir em “um espaço de vida e encontros” (esse se tornou o lema da associação).

Os desafios para o desenvolvimento do agroturismo nas Encostas da Serra Geral eram claros em 1998: agricultores(as) empobrecidos(as), com autoestima abalada, já que historicamente viram seus familiares abandonarem a região em busca de oportunidades melhores (“agricultura não dá futuro”, diziam muitos). Além disso, nos municípios, a infraestrutura básica era deficitária (estradas ruins, muitas não pavimentadas e em péssimas condições de rodagem; não havia sinalização; a quase totalidade dos(as) agricultores(as) não possuía telefone, entre outros fatores limitantes). A situação ainda era agravada pela exploração e degradação dos recursos naturais, como a derrubada da Floresta Atlântica para produção do carvão vegetal e a implantação de reflorestamentos, uso intenso de agrotóxicos, principalmente, na fumicultura (GUZZATTI, 2003; 2010).

Por outro lado, o potencial natural e cultural oferecia perspectivas para o desenvolvimento do turismo. Do ponto de vista ambiental, o isolamento relativo dos municípios das Encostas, apesar da pressão cada vez maior das atividades econômicas desenvolvidas, permitiu a sobrevivência de remanescentes da Mata Atlântica, com rios e cachoeiras ainda límpidos. O “paredão” da Serra Geral, formação geológica de beleza ímpar, caracterizava-se como diferencial em relação a outras localidades. Em um território de colonização predominantemente germânica, os traços culturais na linguagem, na gastronomia, nas danças, no trabalho e na forma de organização social, eram ainda bastante particulares e atrativos (GUZZATTI, 2003; 2010).

Nesse contexto, em 1999, agricultores(as) das Encostas fundaram a Associação Acolhida na Colônia. Optaram por utilizar a expressão “agroturismo” como estratégia para demarcar, de forma clara, o enfoque do segmento turístico, ou seja, aquele que estabelece ligação direta entre agricultura e turismo, que se entendeu como,

[...] um segmento do turismo desenvolvido no espaço rural por agricultores familiares organizados, dispostos a compartilhar seu modo de vida, patrimônio cultural e natural, mantendo suas atividades econômicas, oferecendo produtos e serviços de qualidade, valorizando e respeitando o ambiente e a cultura local e proporcionando bem-estar aos envolvidos (GUZZATTI, 2003, p. 53).

Até 2005, a Acolhida na Colônia estava presente apenas no território das Encostas da Serra Geral, contando com 35 propriedades associadas e distribuídas em 5

municípios (GUZZATTI, 2010). Com os resultados positivos da experiência, expandiu seu trabalho para outras localidades, e, em 2015, conforme informações repassadas pelo escritório central da entidade, certificou a primeira dezena de propriedades no município de Casimiro de Abreu, no estado do Rio de Janeiro, a partir do *know-how* desenvolvido. Em 2016, já atuava em 25 municípios catarinenses, envolvendo aproximadamente 120 propriedades rurais.

## **O discurso do sujeito coletivo: a construção territorial**

A realidade rural dos municípios das Encostas da Serra Geral é marcada pela forte presença da agricultura familiar. Porém, a ausência de perspectiva econômica que marcou as décadas de 1980 e 1990 na região acentuou a falta de reconhecimento da profissão de agricultor/a, contribuindo fortemente para o desânimo e a redução da autoestima daqueles que viviam no meio rural. O resultado desse processo se avalia pela perda da dinâmica demográfica e econômica dos municípios naquele período. Para alguns agricultores de Santa Rosa de Lima, essa realidade começou a mudar com o nascimento da AGRECO, a qual foi considerada uma nova perspectiva para aqueles que permaneceram na região, sendo a iniciativa reconhecida como inovadora por pessoas de outras regiões do estado e do País (GUZZATTI, 2010).

O início do agroturismo está associado à visibilidade do trabalho desenvolvido pela AGRECO e que gerou um fluxo de visitantes no município e região, interessados em conhecer a iniciativa dos produtores orgânicos. Dessa forma, criou-se a possibilidade de gerar renda a partir da oferta de serviços e estruturas de apoio aos visitantes, promovendo mais uma importante oportunidade de trabalho e renda para os agricultores.

O desenvolvimento da Acolhida na Colônia pode se relacionar à aderência dos princípios do agroturismo à realidade do território, já que a região possui grande potencial, por suas belezas naturais e pelo patrimônio histórico-cultural. Esse potencial constituía base para a viabilidade do discurso da organização, focado na necessidade de aumentar a atratividade das regiões rurais, valorizando as pessoas, sua história, sua cultura e o ambiente onde vivem, e conferindo uma forte identificação da Acolhida com as questões do território, com o consequente reconhecimento e legitimação de suas ações.

Para Guzzatti (2010), o agroturismo é uma atividade importante para o território, sendo implementado por diversas razões, entre as quais:

- mostra-se como uma importante opção de geração de trabalho e renda nas propriedades rurais;
- tem impacto na autoestima dos agricultores familiares;

- proporciona uma valorização das atividades rurais cotidianas;
- enaltece o lugar e o modo de vida dos agricultores;
- cria novas utilidades para instalações ociosas nas propriedades rurais, viabilizando a diversificação das suas atividades;
- possibilita a troca de conhecimentos (viajar sem sair do lugar) para os agricultores;
- atrai, de forma expressiva, o interesse de pessoas mais jovens;
- proporciona o aumento da divulgação do município e do território no estado e no País;
- contribui para o aumento da arrecadação de impostos municipais, graças ao desempenho do comércio local.

Diante do exposto e das considerações pertinentes ao tema do agroturismo, apresenta-se a seguir o discurso síntese das opiniões dos entrevistados, a partir de uma visão geral dos principais elementos que caracterizaram a implantação das ações mencionadas.

A atividade é reconhecida pelos entrevistados como uma das responsáveis pela conquista de melhorias para o município e para o território em geral, tais como a melhoria da infraestrutura; da circulação de recursos financeiros no município e no território; da mudança de expectativas de desenvolvimento, entre outras. O território das Encostas da Serra Geral, o município de Santa Rosa de Lima e cada propriedade associada à Acolhida na Colônia tornaram-se objeto de um amplo esforço de diferenciação, visando à criação de uma identidade e de uma imagem externa que potencialize seus atrativos culturais, históricos, econômicos e naturais. Essa estratégia se percebe nas manifestações das pessoas que vivenciam o território, sejam eles agricultores, técnicos, lideranças ou turistas, em um processo de explicitação dos atributos que conferem identidade ao território o qual teve sua origem recente marcada pela dinâmica política e social na região, a partir dos anos de 1990.

No entanto, quando se olha especificamente para a realidade de Santa Rosa de Lima, percebe-se que também ela é repleta de contradições e interesses diferenciados. Os princípios apregoados pela Acolhida, pela AGRECO e seus parceiros, em muitos casos, confrontam-se com outras atividades tradicionais do município. De uma parte, pode-se atribuir-lhes o papel catalisador e mobilizador, ao estimular a discussão sobre a realidade e as possibilidades de futuro para aquele conjunto de municípios. Por outra, o próprio processo político transformou-se em atrativo e diferencial do território, servindo como exemplo e inspiração para outras regiões e iniciativas. Nessa lógica, atraiu a atenção para a região o surgimento de uma rede de organizações, articuladas em torno de alternativas para o território rural, baseada na construção de opções que apontam para a

multifuncionalidade do território, para os novos papéis do meio rural e da agricultura familiar, construída sobre uma base associativa.

Da mesma forma, o patrimônio natural, representado pelas características do relevo, da cobertura florestal, dos recursos hídricos e do clima, forma um mosaico reconhecido como ímpar e, por isso mesmo, componente da identidade do território. Nesse aspecto, verificam-se formas diferenciadas de percepção da realidade territorial. Em alguns casos, percebem-se argumentos que valorizam o alto grau de preservação dos recursos naturais, sobretudo, os hídricos e florestas, contrapondo-se com percepções que lamentam o uso indiscriminado e predatório desses mesmos recursos.

A condição de isolamento (estradas e comunicações), ao qual o município e a região foram submetidos, propiciou a preservação de uma série de características culturais, históricas, morais, religiosas, econômicas e de relações sociais. Esse quadro cria uma realidade que serve como atrativo para aqueles que querem fugir da rotina estressante do dia a dia das regiões urbanas ou se inspiram na possibilidade de um retorno no tempo, que propicie a vivência de um cotidiano que resiste ao avanço dos tempos modernos. Nessa mesma perspectiva, a gastronomia local exerce um forte atrativo para os visitantes. O “saber-fazer” e a qualidade, acentuada pelo compromisso coma produção orgânica, estão ligados à imagem do território e do município. Nesse caso, lembra-se que uma das manifestações culturais mais importantes de Santa Rosa de Lima é a *Gemüse Fest* que, valorizando uma especialidade da culinária típica, se transformou em um evento de visibilidade regional.

É voz corrente no município e na região que o conjunto de iniciativas gestadas em Santa Rosa de Lima, sobretudo, aquelas catalisadas inicialmente pela AGRECO e pela Acolhida na Colônia, proporcionaram papel de destaque à localidade, cujo fortalecimento da imagem externa, associada a valores econômicos, sociais, culturais e ambientais positivos, contribuiu de forma substantiva para o crescimento da autoestima da população local.

A dinamização da atividade econômica no município também se percebe com o aumento do fluxo de pessoas que incrementa o comércio local e estimula o surgimento de novos empreendimentos, bem como, a inserção do agroturismo se evidenciou como um exemplo concreto de possibilidade de geração de trabalho e renda, com atividades mais sustentáveis. A mudança de postura com relação à questão ambiental se relaciona ao aumento da consciência ambiental das famílias envolvidas diretamente com o agroturismo, já que o meio ambiente preservado se tornou um dos ingredientes fundamentais ao desenvolvimento da atividade.

Assim, o surgimento de alternativas econômicas propicia uma melhoria das condições de infraestrutura dos municípios da região, com destaque para dois aspectos: a conclusão da ligação asfáltica entre Santa Rosa de Lima e o Rio Fortuna e a melhoria das condições de telefonia, que são reconhecidos como

responsáveis pela redução do isolamento relativo da região, resultado direto desses dois investimentos públicos.

Portanto, a Acolhida na Colônia assumiu um papel político importante em relação ao desenvolvimento da atividade e do território, como, por exemplo, a luta pelo estabelecimento da regulamentação da Lei TRAF (Turismo Rural na Agricultura Familiar); o restauro da Igreja Santa Catarina, em Santa Rosa de Lima; a captação de recursos para o desenvolvimento de projetos na região, entre outras ações. Salienta-se, também, que, apesar de algumas visões diferenciadas sobre aspectos diversos relacionados ao território das Encostas da Serra Geral, nota-se, na visão coletiva, que a Acolhida na Colônia é uma realidade, com significativos índices de aceitação, representatividade e que está conseguindo cumprir com seus propósitos.

A associação é vista pelos associados como um “porto seguro” e contribui, de forma marcante, para fortalecer a imagem que associa as Encostas da Serra Geral a um futuro em que prevalecerá uma forma de desenvolvimento que privilegie a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e, ao mesmo tempo, proporcione experiências de visitação contributivas, a partir de uma visão sustentável do território.

### **Considerações finais**

O estudo conclui que o processo de construção territorial nas Encostas da Serra Geral foi permeado por relações de poder e mediações com políticas públicas, ora aproveitando políticas existentes, ora exercendo pressão para construção de políticas adequadas à realidade de territórios marcados pela presença da agricultura familiar. Nessa conjuntura, a Acolhida na Colônia também se vislumbra como o resultado desse processo de construção, com a proposta de alternativas para a reversão do quadro de esvaziamento e fragilização econômica dos municípios das Encostas da Serra Geral, provocado, sobretudo, pela falta de oportunidades para o desenvolvimento econômico e da necessidade de promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias rurais.

As iniciativas foram orientadas por um projeto de desenvolvimento para a região, em que as estratégias foram concebidas a partir de uma leitura da realidade, que demonstrava a necessidade do estabelecimento de uma forte base associativa na região, como instrumento de aumento da capacidade individual, ou seja, era preciso cooperar para poder competir externamente. Para tanto, é preciso manter o processo em vigência, retroalimentando o ciclo de desenvolvimento sustentável da região por meio de ações contínuas de avaliação, controle e gestão da associação a fim de potencializar os efeitos positivos da iniciativa e minimizar eventuais impactos negativos.

Considerando os relatos abordados e sintetizados no discurso coletivo apresentado, constata-se que a associação contribui, de forma marcante, para fortalecer a imagem dos municípios que compõe as Encostas da Serra Geral de Santa Catarina, rumo a um futuro em que prevalecerá uma forma de desenvolvimento que privilegie a concretização dos pilares de sustentabilidade, perpassando, principalmente, os benefícios sociais decorrentes da atividade para a população local e, simultaneamente, expandindo a consciência de valorização cultural e de conservação ambiental para todos os que a visitam.

### Referências

AZEVEDO, E.; SHIMIDT, W.; KARAM, K. F. Agricultura familiar orgânica e qualidade de vida. Um estudo de caso em Santa Rosa de Lima, SC, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, n. 6 (3), 2011, p. 81-106.

CABRAL, L. **Espaço e ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **EISFORIA**, Florianópolis, v. 4, dez. 2006, p. 23-48.

ECHEVERRI, R.; RIBEIRO, M. P. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA, 2005.

GELBCKE, D. L. **Agroturismo e produção do espaço nas Encostas da Serra Geral: entre a ideia e a prática**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GUZZATTI, C. T. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da Serra Geral**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.



GUZZATTI, C. T. **O agroturismo elemento dinamizador na construção de territórios rurais:** o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC). 2010. 283 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

GUZZATTI, T, C.; TURNES, V. A.; BASTEZINI, D. A. Cooperagregos: seus desafios e suas conquistas. Sociedade Nacional de Agricultura. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Centro de Inteligência em Orgânicos.** Rio de Janeiro, 2012. 44 p.: il. (Série Estudos de Caso).

IBGE. Censo Agropecuário 2006. **Agricultura Familiar, primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Brasília: MPOG, 2009.  
IBGE. **Censo Demográfico do Brasil,** 2010.

LEFEVRE F.; LEFEVRE A.M.C. **Depoimentos e discursos:** uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília; LiberLivro, 2005.

MARCONATO, M., et al. Taxa de pobreza e população rural no Brasil: análise espacial dos períodos 2000 e 2010. **Economia e Desenvolvimento,** v. 27, n. 1, 2015.

MULLER, J. M. **Do tradicional ao agroecológico:** as veredas das transições (o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

OLIVEIRA, L. Z. et al. Ações da política de desenvolvimento territorial para superar a pobreza rural: estudo de caso no território Meio Oeste Contestado(SC). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional,** v. 11, n. 1, 2015.

PAULILLO, L. F. **Redes de poder & territórios produtivos:** indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do Século XX. São Carlos: EDUFSCar, 2000. p. 196.

PECQUEUR, B. *Le tounant territorial de l'économie globale.* Texto submetido à publicação para Revista Espaces et Sociétés. 2005.

RIBEIRO, A. C.; ANDION, C.; BURIGO, F. Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense. **Revista de Administração Pública,** v. 49, n. 1, p. 119-140, 2015.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M., A., V. Pobreza rural, desequilíbrios e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teoria e evidência econômica**, Passo Fundo, v. 8, n. 15, p. 117-150, 2000.

TENFEN, Roberto João. **Rio Fortuna**: nossa terra, nossa gente. Florianópolis: s.n., 1997. p. 353.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

Endereço para correspondência:

*Thaise Costa Guzzatti* – [thaise.guzzatti@ufsc.br](mailto:thaise.guzzatti@ufsc.br)  
Campus Universitário Trindade  
88.040-900 Florianópolis/SC, Brasil

*Raquel Panke* – [raquel.panke@pucpr.br](mailto:raquel.panke@pucpr.br)  
Rua Tenente Miguel Anselmo da Silva, 275 - Pilarzinho  
82.120-390 Curitiba/PR, Brasil

*Carlos Alberto Cioce Sampaio* – [carlos.cioce@gmail.com](mailto:carlos.cioce@gmail.com)  
Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder  
89.030-903 Blumenau/SC, Brasil